

Sumário Executivo

Vendedoras Ambulantes em Ahmedabad, Índia

Estatísticas recentes mostram que a maioria dos trabalhadores de países em desenvolvimento ganha suas vidas na economia informal. O Estudo de Monitoramento da Economia Informal (EMEI) é um estudo qualitativo e quantitativo criado para avaliar a realidade dos meios de subsistência informal. Com pesquisas realizadas em dez cidades ao longo de vários anos, o EMEI tem o objetivo de fornecer evidências críveis e fundamentadas da gama de forças motrizes - positivas e negativas - que afetam as condições de trabalho na economia informal ao longo do tempo. Os trabalhadores e trabalhadoras informais e suas organizações de base (OBs) ocupam o centro da análise.

A Pesquisa em Ahmedabad

Em Ahmedabad, a WIEGO firmou uma parceria com a SEWA (Associação de Mulheres Auto-Empregadas, em inglês), o mundialmente renomado sindicato de trabalhadoras informais. Os membros da SEWA, todas mulheres, possuem uma ampla gama de ocupações. A SEWA foi essencial para organizar as vendedoras ambulantes no município e agora tem mais de 75 mil delas entre suas associadas em Ahmedabad.

O trabalho de campo consistiu de 15 grupos focais, realizados em 2012 e envolvendo 75 vendedoras. Cada grupo focal tinha cerca de cinco participantes e usava nove ferramentas, organizadas em temas de características setoriais, forças motrizes e respostas, o ambiente institucional e as contribuições do setor para o município. Uma pesquisa posterior foi realizada com 152 vendedoras, que incluiu as 75 participantes dos grupos focais e outras 77 vendedoras adicionais.

Foram usadas duas variáveis amostrais com as vendedoras ambulantes de Ahmedabad. Para a primeira, as vendedoras foram divididas nas seguintes categorias de produtos: vendedoras de itens alimentícios e não alimentícios. A localização do lugar de trabalho – se a vendedora trabalhava no centro (demarcado pela via 132 Feet Ring Road) ou na periferia – foi usada como uma segunda variável.

Cerca de dois terços das vendedoras ambulantes do estudo tinham entre 40 e 59 anos de idade, com o restante distribuído de maneira proporcional entre faixas abaixo e acima disso. Mais de 90% de todas as vendedoras da amostra – e 96% das vendedoras de itens alimentícios – pertencem a Castas Inferiores, que tradicionalmente fazem esse tipo de trabalho há gerações. Outras assumiram essa ocupação após o fechamento de fábricas de tecidos nas décadas de 1970, 1980 e 1990. Mais de 75% das vendedoras de itens alimentícios, e cerca de 60% das vendedoras de



outros tipos de produtos, vêm trabalhando com vendas há 20 anos ou mais. O grau de escolaridade de todas as vendedoras é muito baixo: 60% delas não têm qualquer tipo de educação formal, apenas 12% completaram o ensino fundamental, e nenhuma concluiu o ensino médio.

As vendedoras ambulantes do estudo, 87% das quais são autônomas, têm domicílios mais populosos do que a média de Gujarat, e quase todas dependem da ajuda de outros trabalhadores do domicílio para sustentar a família. A grande maioria desses outros membros do domicílio também trabalha na economia informal; menos de 7% das mulheres da amostra vinham de domicílios com uma fonte formal de renda. Além disso, cerca de 80% delas relataram não ter outras fontes de renda domiciliar, como aposentadorias, remessas de dinheiro ou bolsas recebidas do governo. E em períodos de muito movimento ou quando não podem trabalhar, a maioria não tem ajudantes ou dependia apenas de membros da família para obter ajuda.

Principais Descobertas

Forças Motrizes Econômicas

Duas principais forças motrizes afetavam os negócios das vendedoras da amostra: inflação e aumento na concorrência. Mais de 80% das entrevistas afirmaram que os produtos que compram para vender ficaram mais caros, e os altos custos de transporte pioraram as coisas. No entanto, embora 74% delas tenham aumentado o preço no último ano, a maioria disse que os preços mais altos afastam os clientes. Em comparação com o ano anterior, 58% afirmaram que as vendas caíram e quase metade afirmou que agora há menos clientes. Quando os produtos, especialmente os perecíveis, não vendem, eles podem estragar ou até ter seu valor reduzido, o que causa prejuízo para a vendedora. Tudo isso levou a uma redução nos lucros. Além disso, mais de três quartos observaram um aumento no número de vendedoras comercializando os mesmos produtos/serviços. Várias, disseram elas, são migrantes de outros estados indianos. Em um espaço econômico em declínio, o conflito entre vendedoras pode aumentar o preconceito regional, o que pode escalar para violência.

A falta de espaço também se estende ao armazenamento, o que limita os estoques que podem ser adquiridos pelas vendedoras e prejudica sua capacidade de expandir seus negócios. O medo de despejo e apreensão de seus produtos – que geralmente não são devolvidos, ou não estão em estado propício para venda após a devolução – também atrapalha seu crescimento.

A maneira mais comum de lidar com a queda nas receitas, mencionada por 72% das vendedoras entrevistadas, foi tomar dinheiro emprestado de agiotas, o que pode prender essas trabalhadoras em um ciclo de tomada e pagamento de empréstimos. Dois terços das vendedoras também afirmou que haviam cortado despesas pessoais.

Políticas e Práticas dos Governos, Especialmente o Local

O estudo indica que as vendedoras estão sujeitas a assédio constante da polícia e autoridades municipais devido à falta de identidade como trabalhadoras e à falta de um ambiente regulador adequado. Assim, as políticas e práticas de governo foram vistas, pela grande maioria,



foto: SEMA

como negativas. As participantes da pesquisa e dos grupos focais afirmaram que a falta de espaço dedicado para as vendas é o centro de seus problemas, levando a despejos, assédio e apreensão de produtos pelas autoridades locais. De acordo com algumas pessoas, isso também leva conflitos frequentes entre as vendedoras por espaço nas feiras, o que algumas vezes pode levar à violência. Como reação a esses problemas, algumas delas passaram a vender indo de ponto em ponto.

Na pesquisa, mais de 46% das mulheres da amostra afirmaram que o assédio policial aumentou no último ano. O assédio de autoridades locais é permitido por várias leis nacionais e locais. Embora a Lei da Corporação Provincial Municipal de Mumbai (BPMC, em inglês), de 1949, defina o licenciamento de vendedores, apenas uma porcentagem muito pequena de vendedores da cidade têm licenças – devido a uma falta de disposição oficial e à complexidade dos procedimentos. Quando não têm licenças, vendedores costumam ser tratados como criminosos pelo Código Penal Indiano.

E devido à sua situação ilegal, os vendedores costumam pagar subornos. Na verdade, o pagamento de subornos foi identificado como uma maneira comum de resolver problemas com as autoridades municipais e a polícia, e geralmente ajuda a evitar dificuldades maiores como multas, despejo ou prisão. A pesquisa descobriu que 16 vendedoras de itens alimentícios e não alimentícios haviam pagado, em média, subornos mensais de Rs 574 para garantir seu local de venda, com as vendedoras de produtos não alimentícios pagando mais que o dobro do que as de produtos alimentícios. De acordo com elas, subornos maiores são exigidos durante os festivais, quando os negócios ficam mais ativos. Entre as participantes dos grupos focais que haviam pagado subornos, três em cada quatro tomaram empréstimos de agiotas para tal.

Novos impostos cobrados pelo estado de Gujarat também reduzem as rendas das vendedoras. A maioria das vendedoras de legumes e verduras compra de um atacadão administrado pela Comissão de Comércio de Produtos Agrícolas, do governo, que cobra um imposto de 10 a 12%

sobre os itens, o que aumentou os preços dos produtos e causou uma redução nas vendas e nos lucros. Na nossa amostra de estudo, 23 vendedoras de alimentos pagavam uma média mensal de Rs 5.734 nesses impostos.

Vários vendedores da cidade de Ahmedabad estão sendo deslocados pelos projetos de desenvolvimento e infraestrutura urbana, como o Sistema Rápido de Ônibus (BRTS), estradas modelo, o projeto de revitalização do Forte Bhadra, o desenvolvimento da região da margem do rio e o alargamento de estradas. Na elaboração desses projetos, não foram consideradas as feiras naturais¹ nem as vendedoras. Várias feiras naturais foram destruídas ou dispersas por despejos realizados pela Prefeitura de Ahmedabad (AMC, sigla em inglês). Por exemplo, mais de 5 mil vendedores foram removidos apenas na primeira fase de desenvolvimento de estradas modelo. A renovação da Feira do Forte de Bhadra como patrimônio histórico deslocou mais de 4 mil vendedores, muitos dos quais perderam seus meios de subsistência ou tiveram de reduzir seus negócios. As vendedoras disseram que seu futuro está cercada por muita incerteza.

Dinâmica da Cadeia de Valor

As participantes do estudo identificaram os problemas enfrentados nas cadeias de valores em que operam. O principal entre eles, mencionado por 57% das mulheres entrevistadas, foi a concorrência de grandes lojas de varejo e supermercados, que começaram a vender frutas, verduras e legumes por preços baixos. As vendedoras reagiram a isso com um maior esforço para atrair clientes, pedindo que a SEWA ajudasse a regular os preços e pedindo à prefeitura que fornecesse espaço legalizado para vendas. No entanto, nenhuma resposta bem elaborada surgiu para esse problema, que pode se intensificar agora que varejistas multinacionais tiveram sua entrada na Índia permitida.

As vendedoras também mencionaram dificuldades para negociar os preços de compra e venda com fornecedores e clientes, respectivamente, e observaram que uma falta de capital costuma forçá-las a tomar empréstimos de agiotas locais com altas taxas de juros.

Forças Motrizes e Relacionamentos Positivos

O fator positivo mais importante identificado através de discussões de grupos focais foi a venda ambulante em si, que gera receita diária para sustentar famílias. Várias vendedoras afirmaram gostar das boas relações com os clientes e da flexibilidade das horas de trabalho; essa flexibilidade é especialmente importante para mulheres com responsabilidades domésticas. O apoio da SEWA foi mencionado como o segundo fator positivo mais importante, especialmente os esforços da SEWA para combater os despejos.

Em menor grau, a Comissão de Bem Estar Trabalhista Não Organizada de Gujarat também foi reconhecida como uma instituição que teve um impacto positivo, assim como, em alguns casos, vereadores, outros vendedores, e agiotas.



foto: SEWA

Relacionamento das Vendedoras com a SEWA

As descobertas da pesquisa do IEMS destacam o papel crucial da SEWA em defender suas vendedoras ambulantes afiliadas. As participantes disseram que, na maioria das vezes, pedem apoio à SEWA quando enfrentam algum conflito, problemas jurídicos, despejos ou assédio, ou para protestar contra a concorrência de grandes shoppings centers varejistas por meio de processos coletivos.

A SEWA tem uma longa história de defesa das vendedoras e vendedores ambulantes de Ahmedabad e, recentemente, obteve uma sentença judicial a favor deles quando solicitou a implantação da Política Nacional dos Vendedores Ambulantes, que recomenda o uso de terrenos públicos para criar feiras e, além disso, o reconhecimento e preservação de feiras naturais. A prefeitura de Ahmedabad demonstrou uma preferência por atribuir terrenos para empreendimentos comerciais formais – ao invés de meios de subsistência informais – já que o desenvolvimento desses empreendimentos traz receitas. Em resposta à sentença judicial, a prefeitura formulou o Plano de Vendedores Ambulantes de Ahmedabad, de 2010, que define áreas para vendas. Essas áreas, no entanto, restringem as atividades de comércio dependendo das larguras das vias e horários. Além disso, o plano não considera o conceito de feiras naturais. De acordo com a SEWA, a implantação do plano irá afetar 129 feiras naturais de maneira negativa, tirando os meios de subsistência de 38.908 vendedores (Mahadevia e Vyas, 2012).

Elos e Contribuições das Vendedoras

As vendedoras ambulantes da pesquisa eram uma parte bastante integral da economia local, inclusive graças aos impostos e taxas pagos. Quase 83% adquirem de empresas formais os produtos que depois vendem. A grande maioria de seus clientes são pessoas físicas, mas uma pequena porcentagem também vende para empresas formais e informais.

Por meio do transporte utilizado, as vendedoras geram emprego para carregadores e motoristas de riquixás automáticos. Nos grupos focais, as participantes destacaram que lojistas formais, intermediários e

¹ Uma “feira natural” é a que se desenvolve graças à oportunidade comercial em um determinado local devido à sua boa acessibilidade e a um fluxo significativo de pedestres.

clientes têm benefícios com as atividades de venda ambulante. Além disso, as vendedoras geram negócios para os agricultores cujos produtos elas vendem, para os atacadistas cujos produtos compram, e para os comerciantes de chá da feira, de quem compram chá todos os dias. Os clientes, que são atraídos às feiras naturais, podem comprar itens por preços acessíveis e produtos frescos em locais convenientes, algumas vezes mesmo na porta de sua casa. E aquelas que vendem itens usados reduzem o lixo municipal graças à reciclagem de produtos.

Apesar desses serviços, as vendedoras ambulantes do município continuam trabalhando em um ambiente hostil no qual não têm uma identidade como trabalhadoras. A legislação que defende seus direitos é fraca, quase nula. Na ausência de proteções legais, elas não raro são tratadas como criminosas.

Recomendações para Políticas e “Advocacy”

As descobertas do estudo e o conhecimento extenso da SEWA informaram sobre o desenvolvimento de mensagens de políticas e recomendaram reformas institucionais, de planejamento urbano e legislativas.

Principais Mensagens das Políticas

1. Reconhecer o direito de vender como um direito fundamental. A Constituição Indiana, a Política Nacional para Vendedores Ambulantes Urbanos, e a Lei dos Vendedores Ambulantes (Proteção do meio de subsistência e regulamentação da venda ambulante), de 2014, oferecem proteções e garantias relacionadas aos direitos e necessidades de vendedores ambulantes urbanos.
2. Proteger as feiras naturais, nas quais os vendedores ambulantes e seus clientes se reúnem, para conveniência mútua, por décadas ou mais tempo. Isso é especialmente urgente, dado que a maioria das feiras naturais de Ahmedabad está sob ameaça de acordo com o Plano de Vendedores Ambulantes de Ahmedabad, de 2010.
3. Fornecer espaços para a venda de modo que apóie o conceito das feiras naturais usando as disposições disponíveis nas leis de planejamento.
4. Interromper despejos forçados desnecessários sob a égide de desenvolvimento urbano e “embelezamento”, que já deslocou cerca de 10 mil vendedores. Caso o despejo seja absolutamente necessário, devem ser fornecidos espaços alternativos em boa localização *antes* do despejo.
5. Interromper o assédio realizado por policiais e representantes da prefeitura, a apreensão de mercadorias e subornos, já que tudo isso atrapalha a capacidade de vendedoras de ganhar a vida.
6. Impedir a construção de shopping centers, supermercados e grandes lojas de varejo muito perto de feiras naturais.



foto: SEWA

Principais Reformas Legislativas

1. Lei Nacional do Comércio Ambulante - Aprovada pelo Parlamento e pelo Gabinete da Índia. Foi desenvolvida a partir da Política de Vendedores Ambulantes Urbanos de 2009, mantém o direito de vender e inclui disposições para a formação de Comissões de Vendas Municipais (TVC, em inglês) para demarcar as zonas de comércio e negociar licenças ou autorizações. Agora é necessário adaptar essa lei para os níveis municipais.
2. Emendas às Leis Nacionais e Estaduais já existentes. Artigos-chaves do Código Penal Indiano (seção 328), a Lei de Veículos Automotivos (seção 2010), e a Lei Policial de Mumbai (seção 102), que autorizam a polícia a tratar vendedores ambulantes não autorizados como criminosos deve ser retificada para garantir que eles não sejam assediados e seu direito de vender/subsistir seja protegido.
3. Emendas às Leis Municipais. Os principais artigos de leis municipais existentes que criminalizam o comércio ambulante precisam ser retificados para garantir que os vendedores ambulantes não sejam assediados e que seu direito de vender/subsistir seja protegido.

Principais Reformas de Planejamento Urbano/Municipais

1. Esquemas de Planejamento Municipal: 2% das áreas públicas, incluindo áreas adicionadas recentemente à jurisdição da prefeitura, deveriam ser destinadas para feiras naturais ou para vendedores ambulantes que operam fora de feiras (por exemplo, nas ruas, calçadas e perto de conjuntos habitacionais, escolas ou hospitais).
2. Esquemas para Gestão de Feiras Naturais: O esquema desenvolvido para a feira natural ao redor do Mercado Atacadista Jamalpur, em Ahmedabad, deveria ser documentado e reproduzido para preservar e gerenciar outras feiras naturais. Os vendedores ambulantes locais deveriam

ser envolvidos em processos de planejamento participativo. Além disso, o planejamento e o projeto de ruas para a inclusão de vendedores deveriam ser institucionalizados nos processos de planejamento municipal.

3. Patrimônios Históricos: Feiras naturais que já existem há tempos próximas a monumentos históricos deveriam ser consideradas históricas e preservadas juntamente aos monumentos. Por exemplo, a feira natural do Forte Bhadra, que está sendo convertida em patrimônio histórico.
4. Serviços de Infraestrutura e Gestão de Feiras: Abastecimento de água, banheiros e serviços de gestão de lixo deveriam ser fornecidos em feiras naturais envolvendo coletores de lixo locais, vendedores ambulantes e funcionários da prefeitura na elaboração e gestão desses serviços.
5. Sistema de Licenciamento e Permissão: Procedimentos de registro e licenciamento deveriam ser simplificados; as autoridades locais deveriam emitir mais licenças para vendedores, inicialmente para aquelas que foram entrevistadas e listadas pelo departamento de Planejamento e Recursos para Desenvolvimento de Assuntos de Urbanos, e essa lista deveria ser atualizada regularmente por meio de análises biométricas.
6. Feiras Especiais para Vendedoras: Deveriam ser criadas.
7. Despejos Planejados Necessários: Procedimentos para o planejamento de despejos necessários, incluindo a identificação de locais alternativos para venda na proximidade do local original, deveriam ficar mais precisos e abrangentes.

8. Apreensão de Mercadorias: Quando os produtos são confiscados, a polícia deveria preparar uma declaração (*panchanama*) relacionando os produtos confiscados e descrevendo o local e os detalhes da apreensão, que deveriam ser verificados por uma testemunha ocular.
9. Orçamentos Municipais: As Prefeituras deveriam alocar porções do orçamento para regulamentar e promover os meios de subsistências dos vendedores ambulantes. Taxas e impostos de operação e licenciamento pagos a mercados atacadistas deveriam ser destinados para a preservação e gestão de feiras naturais.

Além disso, a reserva de 20 a 25% do orçamento municipal para as classes sociais baixas urbanas, obrigatória de acordo com o programa Rajiv Awas Yojana, deveria ser usada para fornecer serviços nas feiras naturais já existentes.

Principais Reformas Institucionais

1. Um Comitê Central deveria ser formado pelo governo nacional para supervisionar a implantação da Lei e Política Nacional para a venda ambulante urbana.
2. Em todos os níveis, o governo nacional deveria estabelecer Autoridades de Apelação independentes chefiadas por um juiz para solucionar todas as questões relacionadas ao comércio ambulante.
3. No nível municipal, uma única autoridade deveria ser criada para supervisionar a instauração de processos contra vendedores ambulantes – seja pela polícia local, pelo departamento de trânsito ou pela prefeitura de Ahmedabad – após aviso prévio suficiente.



Cidades Inclusivas: Lançado em 2008, o projeto Cidades Inclusivas objetiva fortalecer organizações de base (OB's) de trabalhadores pobres nas áreas de organização, análise de políticas e advocacy, para garantir que os trabalhadores informais urbanos tenham as ferramentas necessárias para serem ouvidos nos processos de planejamento urbano. Cidades Inclusivas é uma colaboração entre OB's de trabalhadores pobres, alianças internacionais de OB's e outras que dão suporte às OB's.

Para ler os relatórios de cidade, setor e globais completos, acesse inclusivocities.org/pt/emei.